

CORREIO BRAZILIENSE

Congresso renovado

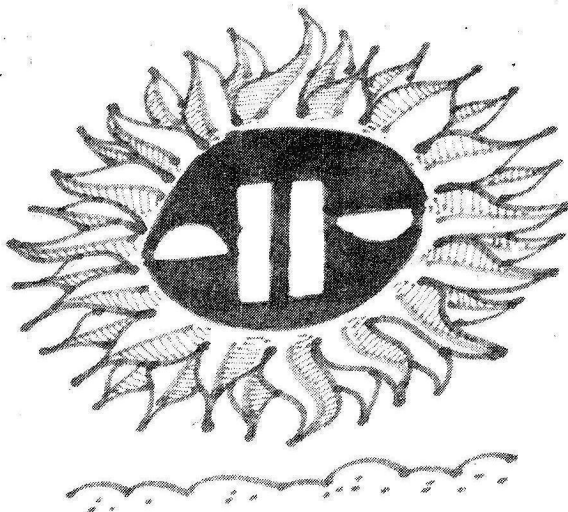
5 FEV 1995

Josaphat Marinho

Instalada nova legislatura, cumpre refletir sobre o papel do Congresso Nacional na vida do país. Com serenidade e sem concessões. A severidade crítica a seus atos, sempre necessária, não deve ocultar as vantagens do funcionamento da instituição. O Senado e a Câmara dos Deputados cometem erros repetidos. Por falta de segura organização dos trabalhos parlamentares. Por paixão momentânea. Por espírito corporativo. Por ausência de ação programática dos partidos políticos. Por diversos motivos, enfim. Não se lhes deve poupar a censura conveniente, diante das falhas cometidas. Se todos os parlamentos do mundo incidem em desacertos semelhantes, a generalidade dos vícios não justifica as distorções, apenas revela que elas resultam muito da natureza humana. Mas a natureza humana experimenta, e deve experimentar, a influência da cultura e da civilização, que substitui práticas e costumes condenáveis, marcadamente individualistas, por procedimentos ajustados à vida associada.

Na democracia, a luta pelo aperfeiçoamento constante do processo político conduz quase sempre à verdade, graças à publicidade dos atos dos Poderes constituídos, qual se verificou com as duas grandes comissões de inquérito: a do *impeachment* e a do Orçamento. Quando não se alcança logo a verdade, abre-se caminho a apurá-la. As incorreções ou os vícios e desatinos dos parlamentos, ou dos governos, nos regimes democráticos, praticados à luz da publicidade, ou por ela perceptíveis, estão expostos à pesquisa da opinião geral e dos meios de comunicação social. Difícilmente o segredo envolve tais fatos por longo

tempo. Diversa é a situação nos sistemas de força. A inexistência de representação popular, ou a existência de simulacro de congresso, sem liberdade nem autonomia, esconde, comumente, os acontecimentos. Lembrem-se os abusos do DIP e as violências da polícia política do Estado Novo de Vargas. Recordem-se as torturas do regime militar, vedadas à crítica livre. Nos governos de arbítrio, mesmo a simples reivindicação de direitos acarreta punições, como se verificou no Brasil, nas duas situações históricas referidas.



Hoje, as garantias das liberdades democráticas proporcionam a qualquer cidadão a denúncia de erros e crimes, sem risco de perseguição. Tais garantias essenciais devem assegurar dupla visão: a da crítica, para que se corrijam e punam os atos irregulares, e a do apoio da sociedade, às iniciativas acertadas, porque serve de justiça a quem as pratica e de estímulo aos que tenham propósitos assemelhados. Esse amparo público é tanto mais útil porque, em regra, os meios de comunicação expõem muito os erros e salientam pouco os acertos. O Congresso Nacional, que trabalha à vista de todos, precisa desse suporte desinteressado do povo, a fim de que, nele, os que se preocupam com os interesses

da cidadania encontrem ânimo para contrariar injustiças e desregramentos. Sem esse sustentáculo popular, o Congresso se enfraquece, e o povo perde sua caixa de ressonância. A ajuda, portanto, é recíproca.

O Congresso que agora se instaura tem posição singular para o êxito, apesar dos abalos que sacudiram o anterior. Nasce de uma eleição geradora de esperanças, fortalecidas por mudanças em perspectiva. A coordenação de ações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo será extremamente conveniente à correção

de comportamentos prejudiciais ao prestígio das instituições públicas. Ponto é que o diálogo seja aberto e produtivo, para que prevaleça a superioridade das soluções mais lúcidas, e não o império de preconceitos e desconfianças. Básico é entender-se que o apoio do Congresso e dos partidos só será eficaz se for franco e equilibrado. Não há solidariedade incondicional a governo, na democracia. As vezes, mesmo, a solidariedade justa traduz-se na advertência, que aponta a circunstância sombreada por interesses, que não são os do governo e do Estado. “É pela crítica das imperfeições da realidade que se fortalecem

as criações duráveis do homem”, como ensinou Rui Barbosa em 1896, na resposta a César Zama.

É assim que o espírito inquieto e criador, tão presente nos parlamentos, há de colaborar na reforma constitucional e noutras iniciativas governamentais: conferindo idéias e soluções, aceitando-as, modificando-as, recusando-as. Sem submissão, nem resistência gratuita ou de incabível partidatismo. Com frequência regular e atuante. Com espírito público e objetividade. Essa há de ser, por certo, a posição do novo Congresso, a bem de sua autoridade e do interesse da Nação.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia